

# SIMULADO ESPECIAL ISS GUARULHOS

09 DE MARÇO  
APLICAÇÃO

10 DE MARÇO  
SAIBA MAIS

PARTE 1 ÀS 08:30

**PARTE 2** ÀS 14:00

CORREÇÃO ÀS 08:30

\*EXCLUSIVO PARA ASSINANTES



**Estratégia**  
CONCURSOS



# Simulado Exclusivo para Assinantes

## Inspetor Fiscal – ISS Guarulhos – **Parte 2**

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Inspetor Fiscal do ISS de Guarulhos**;
- 2 – A prova é dividida em duas partes. Esta é a parte 2 e contém **80 itens** com conhecimentos específicos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores seguindo o perfil da Fundação Vunesp, com alternativas do tipo A, B, C, D e E;
- 4 – Os participantes têm das **14h às 18h30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 – O link para preencher o formulário com seu gabarito será disponibilizado no segundo caderno;
- 6 – **A Correção do Simulado é EXCLUSIVA** aos alunos assinantes que adquiriram uma das nossas Assinaturas Ilimitadas\* e será transmitida na área do aluno às 8h30, do dia 10/03/2019.
- 7 – Apenas os assinantes terão acesso ao Gabarito do Simulado e ao Ranking Classificatório que serão divulgados na área do aluno após a correção da prova que acontece no domingo, 10/03, às 8h30.

**PREENCHA O GABARITO NO LINK - <https://estr.news/Simulado-ISS-GRU>**

01 – (A) (B) (C) (D) (E)  
02 – (A) (B) (C) (D) (E)  
03 – (A) (B) (C) (D) (E)  
04 – (A) (B) (C) (D) (E)  
05 – (A) (B) (C) (D) (E)  
06 – (A) (B) (C) (D) (E)  
07 – (A) (B) (C) (D) (E)  
08 – (A) (B) (C) (D) (E)  
09 – (A) (B) (C) (D) (E)  
10 – (A) (B) (C) (D) (E)  
11 – (A) (B) (C) (D) (E)  
12 – (A) (B) (C) (D) (E)  
13 – (A) (B) (C) (D) (E)  
14 – (A) (B) (C) (D) (E)  
15 – (A) (B) (C) (D) (E)  
16 – (A) (B) (C) (D) (E)  
17 – (A) (B) (C) (D) (E)  
18 – (A) (B) (C) (D) (E)  
19 – (A) (B) (C) (D) (E)  
20 – (A) (B) (C) (D) (E)

21 – (A) (B) (C) (D) (E)  
22 – (A) (B) (C) (D) (E)  
23 – (A) (B) (C) (D) (E)  
24 – (A) (B) (C) (D) (E)  
25 – (A) (B) (C) (D) (E)  
26 – (A) (B) (C) (D) (E)  
27 – (A) (B) (C) (D) (E)  
28 – (A) (B) (C) (D) (E)  
29 – (A) (B) (C) (D) (E)  
30 – (A) (B) (C) (D) (E)  
31 – (A) (B) (C) (D) (E)  
32 – (A) (B) (C) (D) (E)  
33 – (A) (B) (C) (D) (E)  
34 – (A) (B) (C) (D) (E)  
35 – (A) (B) (C) (D) (E)  
36 – (A) (B) (C) (D) (E)  
37 – (A) (B) (C) (D) (E)  
38 – (A) (B) (C) (D) (E)  
39 – (A) (B) (C) (D) (E)  
40 – (A) (B) (C) (D) (E)

41 – (A) (B) (C) (D) (E)  
42 – (A) (B) (C) (D) (E)  
43 – (A) (B) (C) (D) (E)  
44 – (A) (B) (C) (D) (E)  
45 – (A) (B) (C) (D) (E)  
46 – (A) (B) (C) (D) (E)  
47 – (A) (B) (C) (D) (E)  
48 – (A) (B) (C) (D) (E)  
49 – (A) (B) (C) (D) (E)  
50 – (A) (B) (C) (D) (E)  
51 – (A) (B) (C) (D) (E)  
52 – (A) (B) (C) (D) (E)  
53 – (A) (B) (C) (D) (E)  
54 – (A) (B) (C) (D) (E)  
55 – (A) (B) (C) (D) (E)  
56 – (A) (B) (C) (D) (E)  
57 – (A) (B) (C) (D) (E)  
58 – (A) (B) (C) (D) (E)  
59 – (A) (B) (C) (D) (E)  
60 – (A) (B) (C) (D) (E)

61 – (A) (B) (C) (D) (E)  
62 – (A) (B) (C) (D) (E)  
63 – (A) (B) (C) (D) (E)  
64 – (A) (B) (C) (D) (E)  
65 – (A) (B) (C) (D) (E)  
66 – (A) (B) (C) (D) (E)  
67 – (A) (B) (C) (D) (E)  
68 – (A) (B) (C) (D) (E)  
69 – (A) (B) (C) (D) (E)  
70 – (A) (B) (C) (D) (E)  
71 – (A) (B) (C) (D) (E)  
72 – (A) (B) (C) (D) (E)  
73 – (A) (B) (C) (D) (E)  
74 – (A) (B) (C) (D) (E)  
75 – (A) (B) (C) (D) (E)  
76 – (A) (B) (C) (D) (E)  
77 – (A) (B) (C) (D) (E)  
78 – (A) (B) (C) (D) (E)  
79 – (A) (B) (C) (D) (E)  
80 – (A) (B) (C) (D) (E)

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**

**01.** No município de Guarulhos, podemos afirmar que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU é um tributo cujo lançamento ocorre mediante lançamento:

- a) Por declaração, com base nos dados constantes do Cadastro Fiscal Mobiliário.
- b) Por homologação, podendo ser revisto no prazo de até 5 anos após o pagamento.
- c) De ofício ou por homologação com base nas informações prestadas pelos munícipes.
- d) De ofício, com base nos dados constantes do Cadastro Fiscal Imobiliário.
- e) Por declaração ou por homologação.

**02.** No município de Guarulhos, com base na Lei nº 6.793, de 2010, podemos afirmar, quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, que:

- a) mesmo que o imóvel seja efetivamente utilizado para exploração agrícola ou em atividade agroindustrial, caso o mesmo esteja localizado na zona urbana do município, haverá a incidência de IPTU sobre o imóvel.
- b) sobre o sítio de recreio, localizado fora da zona urbana do município, não poderá haver a incidência de imposto urbano, seja predial ou territorial.
- c) no caso de terreno onde foi concluída edificação em 25/02/2019, haverá a cobrança de IPTU proporcional, com incidência predial, a partir de 01/03/2019, que é o primeiro dia do mês subsequente.
- d) as unidades autônomas de um mesmo condomínio vertical devem ser enquadradas no mesmo padrão imobiliário, sendo vedada a diferenciação de padrão entre esses imóveis.
- e) no caso de imóvel edificado, será concedido desconto de até 5% no valor anual do IPTU, nos termos do Programa “Calçada Cidadã”, sendo o referido benefício, nas mesmas condições, proporcionado aos imóveis não edificados.

**03.** No município de Guarulhos, com base nas disposições da Lei nº 6.793, de 2010, o valor unitário de metro quadrado de terreno, para fins do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, corresponderá:

- a) ao da face de quadra da situação do imóvel, no caso de terreno encravado, quando não houver frente indicada no título de propriedade.
- b) no caso de imóvel com duas ou mais frentes, ao do logradouro relativo à frente indicada no título de propriedade, sempre que a mesma estiver expressamente prevista, seja o imóvel edificado, ou não.

c) ao do logradouro relativo à frente efetiva, no caso de imóvel residencial ou comercial com duas ou mais esquinas.

d) em regra, ao do logradouro de maior valor, no caso de terreno com duas ou mais frentes.

e) no caso de imóvel construído com duas ou mais frentes, havendo mais de uma frente principal, ao do logradouro da frente efetiva de maior valor, desde que omissa o título de propriedade.

**04.** Sr. Lamentável, domiciliado em Guarulhos e devidamente inscrito no Cadastro Mobiliário Fiscal, foi contratado para a execução direta de todas as etapas dos serviços de costura e alfaiataria de parte da linha de inverno/2019 de pequenas lojas situadas no município de São Paulo, que lhe forneceram o material para a confecção das peças. Quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, podemos afirmar que:

a) nas prestações de serviços de alfaiataria e costura pelo Sr. Lamentável, o aviamento deve ser fornecido pelo usuário final.

b) para o cálculo do ISS eventualmente devido pelo Sr. Lamentável na cidade de Guarulhos poderá ser irrelevante o valor de seu faturamento.

c) o tecido integra a base de cálculo do ISS, nas prestações de serviços de alfaiataria e costura, quando o mesmo é fornecido pelos tomadores.

d) a alíquota do ISS na prestação de serviço de alfaiataria e costura é de 2,5%.

e) no caso de serviços de alfaiataria e costura, o ISS é devido no local do estabelecimento dos contratantes.

**05.** Uma empresa estabelecida e sediada no município de Guarulhos/SP, passou a realizar diversas atividades por meio de contratação de serviços de terceiros. Podemos afirmar que nessas contratações há responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS devido nas alternativas abaixo, exceto:

a) Planejamento e organização de congresso realizado na sede da empresa e na filial do Rio de Janeiro/RJ.

b) Serviços de vigilância e segurança da matriz realizados por prestador estabelecido em Guarulhos/SP.

c) Serviço de monitoramento e vigilância da matriz realizados por prestador estabelecido no município de São Paulo/SP.

d) Decoração e jardinagem da matriz realizada por empresa estabelecida no município de Guararema/SP.

e) Fornecimento de mão-de-obra, em caráter temporário, para a realização de atividades na matriz, por empresa estabelecida no município de Barueri/SP.

**06.** Com base na Lei do ISS do município de Guarulhos/SP (Lei nº 5.986, de 2003), a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS:

- a) é o preço do serviço, na prestação de serviço de profissional autônomo.
- b) é calculado em bases fixas e anuais, no caso de sociedade de profissionais.
- c) na reforma de edifícios, abrange o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dentro ou fora do local de prestação do serviço.
- d) será de no mínimo 40% do valor total de cada nota fiscal de serviço, no caso de serviço de concretagem prestado por empresa especializada, quando houver dispensa de comprovação do valor abatido quanto aos serviços dos subitens 7.02 e 7.05, prestados por empreitada global.
- e) não pode ser fixada com base em pauta de preço mínimo.

**07.** No município de Guarulhos, de acordo com a Lei nº 3.415, de 1988, o Imposto Sobre Transmissão Inter vivos de bens imóveis - ITBI deve ser recolhido:

- a) no prazo de até 30 dias, se a transmissão decorrer de instrumento público.
- b) no caso de lavratura de instrumento particular, antes do referido ato.
- c) no 1º dia útil subsequente ao contrato, no caso de lavratura de instrumento público após o expediente bancário.
- d) no prazo máximo de 30 dias após a assinatura da carta de arrematação.
- e) na adjudicação, no 1º dia subsequente à assinatura da respectiva carta e, se ela não for extraída, em até 30 dias do referido ato.

**08.** Em relação ao Imposto Sobre Transmissão Inter vivos de bens imóveis - ITBI no município de Guarulhos, com base nas disposições da Lei nº 3.415, de 1988, é correto afirmar que:

- a) havendo a transmissão de imóvel, a qualquer título, incidirá o imposto, mesmo que o ato não tenha sido oneroso.
- b) o instrumento de aquisição de direito sobre bem imóvel lavrado por compromitente comprador está compreendido no campo de incidência do ITBI, obrigando o mesmo ao recolhimento do imposto.
- c) considera-se que há preponderância de atividades imobiliárias, quando a transmissão de bens ou direitos for feita junto com a transmissão da totalidade do patrimônio do alienante.
- d) a base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, mas devem ser abatidas do valor venal as dívidas que onerem o imóvel transmitido.

e) para efeito de recolhimento deve ser usado o valor constante da escritura ou instrumento particular de transmissão ou cessão, desde que maior que o valor venal do imóvel utilizado, no exercício, para efeito de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, atualizado monetariamente.

**09.** Quanto à Taxa de Fiscalização de Instalação, Localização e Funcionamento, instituída pelo Município de Guarulhos, podemos afirmar que, exceto:

- a) Submete-se à taxa qualquer pessoa, física ou jurídica, sendo a mesma devida pelo uso efetivo ou potencial do serviço municipal colocado à disposição dos munícipes.
- b) Independente se é de modo permanente, eventual ou temporário, o local onde são exercidas atividades econômicas é considerado estabelecimento.
- c) Depósito fechado destinado exclusivamente à guarda de mercadorias é considerado estabelecimento.
- d) A taxa é devida pelo período inteiro nela prevista, ainda que a instalação, localização e funcionamento ocorram apenas em parte do período considerado.
- e) Para os estabelecimentos que se mantiverem abertos fora do horário considerado normal, a taxa terá um acréscimo de 50%.

**10.** Quanto à Taxa de Fiscalização de Publicidade, instituída pelo Município de Guarulhos, é incorreto afirmar:

- a) será exigida de pessoa física ou jurídica, em razão da exploração, utilização ou veiculação dos meios de publicidade de qualquer tipo e por qualquer instrumento, nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos locais de audibilidade, visibilidade ou acesso ao público.
- b) considera-se publicidade a divulgação de mensagens propagandísticas de natureza comercial, indicativas ou representativas de nomes, marcas, símbolos, produtos e atividades, exceto as fixadas em veículos de transporte e mobiliários em geral.
- c) indicativos de hospitais, ambulatórios, casas de saúde, prontos-socorros e templos religiosos de qualquer culto são isentos da referida taxa.
- d) a taxa será lançada pelo próprio contribuinte podendo, a critério da Administração, ser lançada de ofício.
- e) a incidência e o pagamento da taxa independem do pagamento de qualquer importância eventualmente exigida para expedição de alvará ou vistoria.

**11.** Com base na Lei nº 5.986, de 2003, assinale a alternativa incorreta.

- a) O ISS tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.
- b) O ISS incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

- c) O ISS incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- d) Ressalvadas as exceções expressas nos subitens 2.03, 3.07, 4.24, 9.04, 11.05, 13.06 e 16.03 da lista de serviços, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.
- e) O ISS não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País, exceto quando o serviço for desenvolvido no Brasil e o resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja realizado por residente no exterior.

**12.** Assina a alternativa correta. A incidência do ISS em Guarulhos:

- a) independe da identificação do serviço com os serviços previstos na lista
- b) depende da existência de estabelecimento fixo
- c) depende do cumprimento das exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à prestação do serviço
- d) depende do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação de serviços
- e) independe da denominação dada ao serviço ou da conta utilizada para os registros da receita

**13.** Não é exceção ao critério espacial da Regra Matriz de Incidência tributária do ISS:

- a) importação do serviço
- b) edificações de portos
- c) destinação de rejeitos e outros resíduos quaisquer
- d) educação superior
- e) transporte

**14.** Qual o valor do IPTU devido em Guarulhos para um imóvel predominantemente residencial com valor venal fixado em 200.00 UFG pela Planta Genérica de Valores Imobiliários:

- a) 2.400 UFG
- b) 2.800 UFG
- c) 2.000 UFG
- d) 2.200 UFG
- e) 1.800 UFG

**15.** Qual o valor do IPTU devido em Guarulhos para um imóvel predominantemente NÃO residencial com valor venal fixado em 200.000 UFG pela Planta Genérica de Valores Imobiliários:

- a) 3.600 UFG
- b) 3.120 UFG

- c) 2.800 UFG
- d) 3.080 UFG
- e) 3.480 UFG

**16.** Assinale a alternativa em que o IPTU será lançado em nome do contribuinte que constar da inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário do Município em 1º (primeiro) de janeiro de cada exercício:

- a) condomínio "pro indiviso"
- b) imóvel objeto de enfiteuse, uso, usufruto, fideicomisso ou direito de superfície
- c) imóveis em inventário
- d) imóveis pertencentes à massa falida ou à sociedade em liquidação
- e) imóvel objeto de locação ou comodato

**17.** Sr. Lamentável vendeu um imóvel localizado em Guarulhos, fora da zona urbana do Município, para o Sr. Lamentável. O instrumento público foi lavrado em 07 de março de 2019. O valor da transação foi de 100.000 UFG, sendo 20.000 à vista e 80.000 financiados pelo Sistema Financeiro Habitacional. Com base nessas informações e sabendo que o valor venal do imóvel para fins do IPTU em 1º de janeiro de 2019 foi de 118.300 UFG (atualizado monetariamente pelo índice oficial de inflação até 07 de março de 2019 montava 120.000 UFG), assinale a alternativa correta:

- a) Não incide o ITBI por falta de competência tributária ao Município de Guarulhos, já que o imóvel está localizado fora da Zona Urbana
- b) O ITBI a ser pago, até a data da lavratura do instrumento, é de 2.000 UFG
- c) O ITBI a ser pago, até 30 dias após a lavratura do instrumento, é de 1.100 UFG
- d) O ITBI a ser pago, até a data da lavratura do instrumento, é de 1.500 UFG
- e) O ITBI a ser pago, até 30 dias após a lavratura do instrumento, é de 2.400 UFG

**18.** São isentos da Taxa de Fiscalização de Publicidade, exceto:

- a) os anúncios indicativos de nome ou atividade, com área de até 1m<sup>2</sup> (um metro quadrado), desde que sejam únicos e veiculados no próprio imóvel residencial, comercial, industrial ou de prestação de serviços
- b) as placas, faixas ou pinturas, de até 1m<sup>2</sup> (um metro quadrado), restritas a uma por estabelecimento imobiliário, quando instaladas na fachada de imóvel destinado exclusivamente à locação ou à venda do referido imóvel
- c) localizados efetivamente no interior do estabelecimento, inclusive aqueles veiculados em áreas internas de condomínios, expostos em locais internos de embarque e desembarque de passageiros, e exibidos no

- interior de centros comerciais, shoppings ou assemelhados
- d) indicativos, nos locais de construção, do responsável técnico pela obra, contendo as especificações exigidas pelo CREA, o no do processo de acompanhamento e o no do Alvará de Licença, nos termos da legislação própria, desde que não ultrapassem 1 (dois) m<sup>2</sup>
- e) os anúncios veiculados em equipamentos de transportes que estejam sob os regimes de permissão, concessão ou autorização de serviços públicos do Município

**19.** São isentas da Taxa de Fiscalização de Instalação, Localização e Funcionamento, exceto:

- a) organizações associativas e fundacionais sem fins lucrativos, de interesse público e caráter social, cumpridos os requisitos legais
- b) associações de pais e mestres e conselhos escolares, sem fins lucrativos, sem necessidade de comprovar que mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurarem sua exatidão
- c) condomínios comerciais e residenciais, sem necessidade de comprovar que estejam regulares quanto aos demais tributos devidos ao Município
- d) associações e federações esportivas, não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título
- e) associações comunitárias de moradores de bairro, sem necessidade de comprovar mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurarem sua exatidão

**20.** Acerca da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP em Guarulhos, assinale a alternativa incorreta.

- a) O serviço de iluminação pública compreende a iluminação de vias, logradouros, monumentos e demais bens localizados em áreas públicas, com sua manutenção, modernização, remodelação, instalação, melhoramento da rede, além de outras atividades a estas correlatas.
- b) A COSIP será destinada única e exclusivamente para cobertura dos valores despendidos com o fornecimento de energia elétrica e encargos financeiros deles decorrentes, com a manutenção de toda a infraestrutura física e com a manutenção da estrutura técnica e administrativa destinada a propiciar a adequada prestação do serviço de iluminação pública.
- c) A contribuição incidirá, mensalmente, sobre os beneficiários da prestação do serviço de iluminação pública no âmbito do território do Município.
- d) O contribuinte da COSIP é toda pessoa física ou jurídica, que possua ligação de energia elétrica, residente ou estabelecida no território do Município de Guarulhos e cadastrada como consumidora junto à

concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica do Município.

- e) O valor da COSIP será reajustado, anualmente, de acordo com os índices de inflação do período.

**21.** De acordo com a Lei Orgânica do Município de Guarulhos - LOMG, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I - Os tributos sobre imóveis urbanos deverão ter alíquotas menores em benefício de trabalhadores de baixa renda ou de proprietários de única moradia, com padrões mínimos de construção.

II - A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividades econômicas, sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias, não podendo gozar, portanto, de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

III - O Poder Executivo promoverá a revisão anual da planta genérica de valores, de modo a aproximar os valores venais dos imóveis dos respectivos valores de mercado.

IV - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município instituir taxas que atentem contra o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de Poder, bem como quanto à obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

V - A lei orçamentária anual deverá ser enviada à Câmara Municipal até 01 de outubro de cada ano.

- a) todas as assertivas estão corretas
- b) todas as assertivas estão incorretas
- c) há três assertivas incorretas
- d) há duas assertivas incorretas
- e) há uma única questão incorreta

**22.** De acordo com a Lei Orgânica do Município de Guarulhos - LOMG, a Câmara Municipal deve deliberar a propositura orçamentária:

- a) até o dia 15 de dezembro e, se rejeitado o projeto, será promulgada a lei orçamentária anterior, monetariamente atualizada
- b) até o dia 31 de dezembro e, se rejeitado o projeto, será outorgada a lei orçamentária proposta pela Mesa Diretora
- c) até o dia 15 de dezembro e, se rejeitado o projeto, será outorgada a lei orçamentária proposta pela Mesa Diretora
- d) até o dia 31 de dezembro e, se rejeitado o projeto, será promulgada a lei orçamentária anterior, monetariamente atualizada

e) até o dia 22 de dezembro e, se rejeitado o projeto, será promulgada a lei orçamentária anterior, monetariamente atualizada

**23.** A Lei Complementar 123/2006 estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Aponte a única alternativa que não condiz com o que estabelece a LC 123/2006:

a) apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.

b) isenção de contribuição previdenciária patronal.

c) cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias.

d) acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

e) cadastro nacional único de contribuintes.

**24.** Assinale a alternativa que apresenta apenas tributos abrangidos no âmbito do regime tributário do Simples Nacional, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores:

a) IRPJ, ITR e COFINS;

b) ISS, IOF e CSLL;

c) ITR, IOF e imposto de importação;

d) IRPJ, IPI e Contribuição para o PIS/Pasep;

e) IRPJ, CSLL e ISS devido na importação de serviços.

**25.** Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

a) a pessoa jurídica que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;

b) a pessoa jurídica que tiver como sócio pessoa física sócia de outra empresa optante pelo Simples Nacional, independentemente da receita bruta global;

c) a pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativa de consumo;

d) a pessoa jurídica constituída na forma de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

e) a pessoa jurídica que tiver por objeto atividade de administração e locação de imóveis de terceiros.

## AUDITORIA

**26.** Sobre as diferenças entre auditoria interna e a independente, é correto afirmar:

a) O nível de autonomia do auditor interno é maior que o do auditor independente, visto que o primeiro se reporta diretamente à controladoria da entidade.

b) O auditor independente é o responsável pelos exames e avaliações dos controles internos integrados ao ambiente da entidade.

c) Cabe ao auditor interno apenas implementar as modificações julgadas necessárias pelo auditor independente para o correto funcionamento da entidade.

d) O objetivo da Auditoria Interna é assistir a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

e) O auditor independente, por possuir escopo de trabalho mais amplo, executa auditorias contábil e operacional enquanto que o auditor interno executa somente auditoria contábil.

**27.** Com base nas normas brasileiras para o exercício e a execução de trabalho da auditoria interna, assinale a alternativa CORRETA.

a) Os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtidos no curso da auditoria. Eles, por si só, não dão suporte à sua opinião do Auditor Interno.

b) O auditor interno pode realizar trabalhos de forma compartilhada com profissionais de outras áreas, situação em que a equipe fará a divisão de tarefas, segundo a habilitação técnica e legal dos seus participantes. O uso do trabalho de especialistas, no entanto, não é um fator a ser considerado no planejamento dos trabalhos da auditoria interna, uma vez que isso é função inerente ao auditor interno.

c) A análise dos riscos da Auditoria Interna deve ser feita na fase de execução dos trabalhos; estão relacionados à possibilidade de não se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos.

d) Os procedimentos da Auditoria Interna constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e relatórios circunstanciados, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade.

e) Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento; em sua aplicação devem ser considerados os procedimentos de investigação e confirmação, dentre outros.

**28.** Avalie as assertivas a seguir a marque a CORRETA:

a) O relatório do auditor não pode ter data posterior à data em que ele obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a sua opinião sobre as demonstrações contábeis.

- b) O auditor deve avaliar se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável. Essa avaliação deve incluir a consideração dos aspectos quantitativos das políticas contábeis da entidade.
- c) O auditor não deve modificar sua opinião quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que as demonstrações contábeis como um todo não apresentam distorções relevantes.
- d) O auditor deve expressar uma "Opinião adversa" quando, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e não generalizadas para as demonstrações contábeis.
- e) O auditor deve emitir uma opinião com ressalva quando não é possível para ele obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para fundamentar sua opinião, mas ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes, mas não generalizados.

**29.** O auditor Almir Prudente, ao avaliar as demonstrações contábeis da INDUSTRIAL GUINETO LTDA, constatou diversas distorções. Essa análise foi feita a partir da obtenção de evidências de auditoria apropriadas e suficientes. Almir concluiu ainda que as distorções identificadas são relevantes e generalizadas. Diante do cenário apresentado, deve o auditor:

- a) Emitir opinião não modificada com introdução de parágrafo de ênfase
- b) Abster-se de opinar a respeito das demonstrações contábeis
- c) Emitir opinião sem ressalva
- d) Emitir uma opinião adversa
- e) Emitir opinião com ressalva

**30.** O auditor independente da Cia. Papadopoulos averiguou, através de e-mail endereçado a um cliente, que este já havia quitado integralmente uma duplicata a pagar ainda não baixada na escrituração contábil da entidade; constatou também que um investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial estava registrado por um valor maior que o correto por ter sido utilizada percentagem maior do que a participação efetiva na companhia na investida. Os procedimentos adotados por esse auditor foram, respectivamente:

- a) confirmação externa e recálculo
- b) indagação e observação
- c) circularização e procedimento analítico
- d) indagação e reexecução
- e) observação e cálculo.

**31.** Sobre documentação de auditoria, analise as assertivas a seguir e marque a CORRETA.

- a) O auditor pode incluir resumos ou cópias de registros da entidade como parte da documentação de auditoria. Isso permite que, em situações excepcionais, a documentação de auditoria substitua os registros contábeis da entidade.
- b) Não é necessário e nem praticável para o auditor documentar todos os assuntos considerados ou todos os julgamentos profissionais exercidos na auditoria.
- c). Se, no curso normal do trabalho da auditoria, o auditor executar procedimentos adicionais ou chegar a outras conclusões após a data do relatório, o auditor deve documentar os procedimentos novos ou adicionais executados.
- d) Novas modificações podem ser feitas na documentação de auditoria após a conclusão da montagem do arquivo final se essas forem de natureza administrativa.
- e) O período de retenção da documentação para trabalhos de auditoria geralmente não é inferior a cinco anos a contar do término do exercício social em que foi produzida.

**32.** Nos termos das normas de auditoria, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O tamanho da amostra não é um critério válido para distinguir entre as abordagens estatísticas e não estatísticas.
- b) Os exemplos de risco não resultante da amostragem incluem o uso de procedimentos de auditoria não apropriados.
- c) O tamanho da amostra deve aumentar quando também aumenta a distorção que o auditor espera encontrar na população.
- d) Amostragem estatística usa a teoria das probabilidades para avaliar os resultados das amostras, enquanto a amostragem não estatística prevê seleção aleatória dos itens da amostra.
- e) O auditor deve determinar o tamanho de amostra suficiente para reduzir o risco de amostragem a um nível mínimo aceitável.

**33.** Avalie as sentenças a seguir sobre os Objetivos Gerais do Auditor Independente:

- I. É objetivo da auditoria aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a elaboração de demonstrações contábeis em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
- II. O auditor deve expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com



uma estrutura de relatório financeiro aplicável. Como base para sua opinião, o auditor deve assegurar-se de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorções relevantes, independente se causadas por fraude ou erro.

III. Para obter segurança razoável, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável e, com isso, possibilitar a ele obter conclusões razoáveis e nelas basear a sua opinião.

Está correto o que se afirma somente em.

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II.
- e) I e III.

**34.** É correto afirmar que:

- a) Risco de Controle é a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados.
- b) O risco de auditoria inclui o risco de que o auditor possa expressar uma opinião de que as demonstrações contábeis contêm distorção relevante quando esse não é o caso.
- c) O risco de controle é uma função da eficácia do desenho, da implementação e da manutenção do controle interno pela administração. Sendo assim, o controle interno pode eliminar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis.
- d) O risco inerente e o risco de controle são riscos da entidade; eles existem em função da auditoria das demonstrações contábeis.
- e) Quanto maiores são os riscos de distorção relevante que o auditor acredita existir, menor é o risco de detecção que pode ser aceito e, portanto, mais persuasivas são as evidências de auditoria exigidas.

**35.** De acordo com as normas de auditoria vigentes, analise as assertivas a seguir e marque a CORRETA:

- a) O monitoramento dos controle estabelece o tom da organização, influenciando a consciência de controle de suas pessoas.
- b) O auditor deve comunicar as deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria, de forma tempestiva e por escrito, às autoridades reguladoras.
- c) A estrutura de controle interno compreende o ambiente de controle; o mapeamento e a avaliação de riscos; os

procedimentos de controle; a informação e comunicação; e o monitoramento.

- d) O controle interno, quando efetivo, fornece à entidade garantia quanto ao cumprimento dos objetivos das demonstrações contábeis da entidade.
- e) Controle interno é o processo planejado, implementado e mantido pela firma de auditoria e outros empregados para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

**36.** A etapa do Planejamento da Auditoria leva em consideração uma série de fatores, dentre os quais NÃO SE INCLUI:

- a) O auditor deve atualizar e alterar a estratégia global de auditoria e o plano de auditoria sempre que necessário no curso dos trabalhos.
- b) A natureza e a extensão das atividades de planejamento variam conforme o porte e a complexidade da entidade.
- c) A experiência anterior dos membros-chave da equipe de trabalho influencia a natureza e a extensão das atividades de planejamento.
- d) Ao definir a Estratégia Global, o auditor deve considerar, para orientar os esforços da equipe de trabalho, os fatores que – no seu julgamento profissional– são irrelevantes.
- e) Ao definir a estratégia global, o auditor deve também definir os objetivos do relatório do trabalho de forma a planejar a época da auditoria e a natureza das comunicações requeridas.

**37.** De acordo com as Normas Técnicas de Auditoria, avalie as alternativas a seguir e assinale a INCORRETA:

- a) A evidência de auditoria é mais confiável quando é obtida de fontes independentes externas à entidade.
- b) Em alguns casos, a administração se recusa a permitir que o auditor envie solicitações de confirmação externa. Nesse caso, a fim de preservar a qualidade do trabalho realizado, o auditor deve evitar a execução de procedimentos alternativos de auditoria.
- c) A confiabilidade da evidência de auditoria gerada internamente é maior quando os controles relacionados impostos pela entidade, são efetivos.
- d) Em alguns casos, a simples ausência de informações pode constituir evidência de auditoria.
- e) Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade.

**38.** De acordo com as Normas Técnicas e Profissionais de Auditoria, marque a assertiva INCORRETA:

- a) A determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de ceticismo profissional e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis.
- b) Distorções, incluindo omissões, são consideradas relevantes quando for razoavelmente esperado que essas possam, individualmente ou em conjunto, influenciar as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.
- c) Eventos subsequentes são eventos ocorridos entre a data das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor independente e fatos que chegaram ao conhecimento do auditor independente após a data do seu relatório.
- d) Data das demonstrações contábeis é a data de encerramento do último período coberto pelas demonstrações contábeis.
- e) O auditor deve revisar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo (e, se aplicável, o nível ou níveis de materialidade para classes específicas de transações, saldos contábeis ou divulgação) no caso de tomar conhecimento de informações durante a auditoria que teriam levado o auditor a determinar inicialmente um valor (ou valores) diferente.

**39.** Enquadre as situações a seguir nos procedimentos de auditoria trazidos pela NBC TA 500 e marque a alternativa correta.

I. O auditor externo acompanhou a contagem física dos medicamentos existentes no estoque de uma entidade do ramo farmacêutico, feita pelo funcionário da entidade.

II. O auditor externo examinou registros da entidade com intuito de obter evidência sobre um valor a respeito do qual ficou desconfiado ao analisar as demonstrações contábeis.

III. Ao executar um trabalho de auditoria, o auditor responsável precisa de informações mais detalhadas sobre a suficiência dos seguros contratados pela entidade para a cobertura de seus ativos e solicita os esclarecimentos por escrito à seguradora.

- a) I – Inspeção; II – Procedimento Analítico; III – Indagação
- b) I – Inspeção; II – Recálculo; III – Indagação
- c) I – Observação; II – Recálculo; III – Indagação
- d) I – Observação; II – Inspeção; III – Confirmação Externa
- e) I – Observação; II – Procedimento Analítico; III – Confirmação Externa

**40.** O operador dos sistemas de contas a pagar e a receber de uma fabricante de pneus lançou de forma equivocada o registro de uma venda por valor muito maior que o efetivamente praticado. Tal situação ocasionou distorções relevantes nos registros fiscais da entidade. Diante de tal situação, é correto afirmar que:

- a) O auditor é responsável pela prevenção e detecção deste tipo de ocorrência; o operador cometeu uma fraude.
- b) O auditor é responsável pela prevenção e detecção deste tipo de ocorrência; o operador cometeu um erro.
- c) O auditor não é responsável pela prevenção e detecção deste tipo de ocorrência; o operador cometeu um erro.
- d) O auditor não é responsável pela prevenção e detecção deste tipo de ocorrência; o operador cometeu uma fraude.
- e) O auditor e o operador devem ser responsabilizados pela detecção ou não da ocorrência.

### CONTABILIDADE GERAL

**41.** A empresa de serviços contábeis Dudu Fofinho Ltda. pagou, no mês de junho, o aluguel de sua sede no valor de R\$ 30.000,00, já provisionado, com 40 dias de atraso. A multa e os juros, conforme contrato, correspondem a R\$ 3.450,00. O lançamento contábil refletirá no balanço patrimonial:

- a) redução do ativo, redução do passivo e redução do patrimônio líquido.
- b) aumento do ativo e aumento do passivo.
- c) aumento do ativo e redução do passivo, apenas.
- d) redução do ativo, redução do passivo e aumento do patrimônio líquido.
- e) aumento do ativo, redução do passivo e redução do patrimônio líquido.

**42.** A Cia. Chesperito possui 60% das ações da Cia. Madruga. O investimento está registrado na contabilidade da investidora, avaliado pela equivalência patrimonial, pelo valor de R\$ 1.200.000,00 em 31.12.20x0. No exercício findo em 31.12.20x1, a investida apresentou um lucro líquido do exercício correspondente a R\$ 780.000,00. A investidora deverá, em consequência, registrar um resultado positivo da equivalência patrimonial (em R\$) de

- a) 720.000,00.
- b) 780.000,00.
- c) 468.000,00.
- d) 432.000,00.
- e) 525.000,00.

**43.** A Cia. Coruja Bolada adquiriu uma máquina para utilização em suas atividades industriais por R\$ 2.700.000,00. O referido imobilizado foi colocado em uso pela companhia no mês de abril de 20x0. A vida útil da máquina, prevista pelo departamento de engenharia da companhia, foi de 20 anos, com um valor residual estimado em R\$ 300.000,00. Os valores da depreciação foram revistos ao longo do tempo e a vida útil e o valor residual foram mantidos como corretos. O valor contábil da máquina no Balanço Patrimonial da companhia, levantado em 31.12.20x4, correspondia, em R\$, a

- a) 1.800.000,00.
- b) 1.860.000,00.
- c) 2.058.750,00.
- d) 2.130.000,00.
- e) 2.025.000,00

**44.** O lucro líquido do exercício, em 20x1, da Cia. Strategy Business correspondeu a R\$ 900.000,00. Houve um aumento de capital, totalmente subscrito e integralizado em numerário de R\$ 500.000,00 em 20x1. A companhia constituiu a reserva legal do exercício por meio da aplicação da percentagem de 5% prevista em lei. Os dividendos propostos pela administração equivaleram a 40% do lucro líquido do exercício menos o valor da reserva legal, conforme previsto no estatuto. O valor restante na conta de Lucros Acumulados foi transferido integralmente para a constituição de outras reservas de lucros.

Houve a constituição de um ajuste de avaliação patrimonial positivo de R\$ 80.000,00, referentes a instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Sabendo-se que o valor do patrimônio líquido da companhia em 31.12.20x0 era de R\$ 1.300.000,00, o valor desse mesmo patrimônio líquido em 31.12.20x1 corresponderá, em R\$, a

- a) 2.438.000,00.
- b) 2.393.000,00.
- c) 2.518.000,00.
- d) 2.440.000,00.
- e) 1.938.000,00.

**45.** Considere o balancete (*quadro ao lado*) da Cia. Contabilidade Facilitada apurado em 31.12.x9 e responda às duas próximas questões, levando-se em consideração o fechamento da demonstração do resultado.

O valor do lucro bruto, em Reais, é

- a) 11.458,00.
- b) 28.560,00.
- c) 32.342,00.
- d) 45.342,00.

e) 57.075,00.

**46.** O valor do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, em Reais, é

- a) 11.492,00.
- b) 13.240,00.
- c) 14.420,00.
- d) 15.232,00.
- e) 15.892,00.

Contas	Valores em Reais
Estoque	11.750,00
Parcelamento de Impostos de LP	(9.350,00)
Fornecedores	(12.150,00)
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	2.542,00
Reserva de Lucros	(1.750,00)
Despesas Diversas	650,00
Máquinas e Equipamentos	65.300,00
Ativos Intangíveis	9.200,00
Despesas Administrativas	10.825,00
Devoluções de Vendas	9.513,00
Depósitos Judiciais de LP	3.800,00
Reserva de Contingência	(7.500,00)
Bancos	6.150,00
Salários a Pagar	(8.750,00)
Caixa	750,00
Capital Social	(35.000,00)
Despesas Antecipadas	900,00
Custo dos Produtos Vendidos	133.175,00
Lucros a Distribuir	(3.800,00)
Impostos sobre Vendas	15.220,00
Receitas Financeiras	(2.800,00)
Títulos a Receber de LP	6.250,00
Despesas de Vendas	13.750,00
Impostos a Recolher	(11.750,00)
Contas a Receber de Clientes	11.750,00
Provisões Diversas	(9.350,00)
Aplicações Financeiras de CP	3.800,00
Despesas Financeiras	2.350,00
Empréstimos e Financiamentos	(6.400,00)
Provisão de Férias	(4.900,00)
Outras Receitas	(3.925,00)
Vendas de Produtos	(190.250,00)

**47.** O estoque inicial da Cia. Rosa Rumorosa, em junho de 20x9, era constituído de 500 unidades da mercadoria X, adquiridas ao custo unitário de R\$ 100,00 (preço líquido de impostos recuperáveis). Durante o mês, ocorreram as seguintes movimentações na ficha de estoque dessa mercadoria, dispostas em ordem cronológica, sendo que todos os preços já estão líquidos dos impostos recuperáveis:

- 1) Aquisição de 1.000 unidades, ao preço de R\$ 120,00;
- 2) Venda de 1.200 unidades, ao preço de R\$ 300,00;
- 3) Aquisição de 2.000 unidades, ao preço de R\$ 125,00;
- 4) Venda de 1.500 unidades, ao preço de R\$ 280,00.

A companhia utiliza o método PEPS para avaliação de seus estoques. O estoque final dessa mercadoria no final do mês de junho de 2014, a ser classificado no Ativo Circulante, correspondia, em R\$, a

- a) 96.000,00.
- b) 80.000,00.
- c) 100.000,00.
- d) 115.000,00.
- e) 126.000,00.

**48.** O fluxo de caixa de uma entidade é uma ferramenta útil para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de uma entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa. Nesse sentido, utilize as informações a seguir, da empresa Fluxo Positivo Ltda., para responder à questão, relacionada com a preparação do fluxo de caixa pelo método indireto para o período hipotético de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Operação	Reais
Prejuízo do exercício	25.000
Resultado negativo da Equivalência Patrimonial	17.000
Depreciação e amortização	49.000
Baixas líquidas do ativo imobilizado	7.600
Reversão da provisão p/ contingências tributárias no período	14.200
Redução (aumento) em contas a receber	(46.000)
Redução (aumento) nos estoques	42.800
(Redução) em fornecedores	(28.600)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	9.600
Aquisição de ativo imobilizado	55.400
Aquisição do ativo intangível	22.800
Aquisição de investimentos	400
Empréstimos tomados	248.000
Integralização de capital	40.000
Pagamentos de empréstimos – principal	229.800

Adicionalmente, verificou-se que a empresa Fluxo Positivo Ltda. apresentou, no início e no final do período, as seguintes informações de caixa e equivalentes de caixa:

- Caixa e equivalentes de caixa no início do período: R\$ 31.300,00.
- Caixa e equivalentes de caixa no final do período: R\$ 20.900,00.

Assinale a alternativa que representa, corretamente, o valor, em reais, do aumento ou da (redução) do caixa e equivalentes de caixa, no fluxo de caixa indireto da empresa, em 31 de dezembro de 2018.

- a) Um aumento de 8.200,00.
- b) Uma redução de 8.200,00.
- c) Um aumento de 10.400,00.
- d) Uma redução de 10.400,00.
- e) Um aumento de 34.400,00.

**49.** Dados extraídos da Demonstração dos Fluxos de Caixa da Cia. Bananal, em R\$:

- Lucro líquido do exercício 750.000,00
- Despesas de Depreciação 80.000,00
- Receita da Equivalência Patrimonial 120.000,00
- Aumento em Recebíveis 90.000,00
- Aumento em Fornecedores 110.000,00
- Diminuição em Estoques 50.000,00
- Diminuição em Contas a Pagar 60.000,00

Utilizando-se os dados fornecidos e aplicando-se o método indireto, o fluxo de caixa das atividades operacionais foi, em R\$, equivalente a

- a) 750.000,00
- b) 730.000,00
- c) 720.000,00
- d) 710.000,00
- e) 700.000,00

**50.** A empresa Investidora Ltda tem uma participação de 15% na empresa Investida Ltda, que contabiliza por equivalência patrimonial. Acrescente-se que a empresa Investida possuía, ao início do período, um patrimônio líquido de R\$ 100.000.000,00 e obteve, no período, um lucro de R\$ 10.000.000,00, sobre os quais declarou dividendos de R\$ 2.500.000,00. De acordo com esses dados, a empresa Investidora Ltda possuía, ao final do período, os seguintes valores para o investimento na Investida Ltda e para dividendos a receber:

- a) investimento: R\$ 16.500.000,00; dividendos a receber: R\$ 1.500.000,00.
- b) investimento: R\$ 15.000.000,00; dividendos a receber: R\$ 1.500.000,00.
- c) investimento: R\$ 15.000.000,00; dividendos a receber: R\$ 2.500.000,00.
- d) investimento: R\$ 15.000.000,00; dividendos a receber: R\$ 375.000,00.
- e) investimento: R\$ 16.125.000,00; dividendos a receber: R\$ 375.000,00.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**51.** De acordo com o princípio da legalidade tributária previsto no art. 150, I, da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa a seguir que apresenta um tributo não passível de instituição por Medida Provisória.

- a) Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).
- b) Imposto de renda (IR).
- c) Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).
- d) Imposto sobre grandes fortunas (IGF).
- e) Contribuição de melhoria.

**52.** Dentre as alternativas abaixo, aponte a que apresenta a única resposta correta:

- a) Compete tão somente à União legislar sobre direito tributário.
- b) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre direito tributário.
- c) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário. Contudo, a competência da União se limita ao estabelecimento de normas gerais.
- d) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- e) Ainda que inexista lei federal sobre normas gerais, os Estados não exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades.

**53.** São hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, exceto:

- a) moratória;
- b) o depósito do seu montante integral;
- c) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;
- d) parcelamento;
- e) compensação;

**54.** Aponte, dentre as alternativas a seguir, a única que se encontra incorreta:

- a) A competência para instituição de impostos enumerados na Constituição Federal é privativa de cada ente, isto é, a Constituição já determina o rol dos impostos relativos a cada ente tributante.
- b) As taxas e as contribuições de melhoria são tributos de competência comum.
- c) É possível que, excepcionalmente, a União institua impostos municipais.
- d) A competência tributária residual se resume na instituição de impostos pela União que, a princípio

seriam de competência de outro ente federativo, mas que não foram por este instituídos.

- e) O exercício da competência tributária extraordinária pode ocorrer mediante edição de medida provisória pelo Chefe do Poder Executivo.

**55.** O princípio da anterioridade nonagesimal veda que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cobrem tributos antes de 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Alguns tributos, no entanto, constituem exceção ao mencionado princípio. São eles, exceto:

- a) Imposto de Importação;
- b) Imposto de Exportação;
- c) Imposto sobre Produtos Industrializados;
- d) Impostos Extraordinários de Guerra;
- e) Imposto de Renda;

**56.** Assinale a alternativa incorreta:

- a) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- b) A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no CTN como de indicação obrigatória no termo de inscrição da dívida ativa, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.
- c) A dívida regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- d) Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.
- e) A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

**57.** Determinado decreto do Presidente da República majora as alíquotas do IPI incidentes sobre determinados veículos automóveis. Tal norma é publicada no dia 20/06/2018. Considerando unicamente as informações acima, é possível afirmar que:

- a) o decreto produz efeitos apenas 90 dias após a data de sua publicação.
- b) o decreto retroage para atingir fatos pretéritos.
- c) o decreto só pode produzir efeitos no ano seguinte ao da sua publicação.
- d) o decreto é ilegal, pois a instituição e majoração dos tributos deve sempre ocorrer por meio de lei.
- e) A União não poderia majorar a alíquota de um imposto cuja competência tributária tenha sido atribuída aos Estados.

**58.** Aponte a alternativa que indica o percentual exato de repartição das receitas tributárias, conforme o referido tributo, nela indicado, a ser repartido:

- a) 20% do produto da arrecadação do ITCMD é repartido com os Municípios.
- b) 30% do produto da arrecadação do IOF incidente sobre o ouro definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial é repartido com o Município de origem.
- c) 20% do produto da arrecadação dos impostos residuais porventura instituídos pela União deve ser repartido com os Municípios.
- d) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido com os Municípios que optarem por arrecadar e fiscalizar o referido imposto.
- e) 25% do produto da arrecadação do ICMS é repartido com os Municípios.

**59.** Complete as lacunas do dispositivo constitucional, indicando, a seguir, a alternativa que corresponde às palavras retiradas da redação original:

A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de \_\_\_\_\_ pelo pagamento de \_\_\_\_\_, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, \_\_\_\_\_ restituição da quantia paga, caso \_\_\_\_\_ o fato gerador presumido.

- a) Contribuinte / imposto ou contribuição / não estando assegurada / não se realize.
- b) Responsável / imposto, taxa ou contribuição / assegurada a imediata e preferencial / não se realize.
- c) Responsável / imposto ou contribuição / assegurada a imediata e preferencial / não se realize.
- d) Contribuinte / imposto, taxa ou contribuição / assegurada a imediata e preferencial / não se realize.
- e) Responsável / imposto, taxa ou contribuição / não estando assegurada / se realize.

**60.** De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, somente a lei pode estabelecer, exceto:

- a) Instituição de tributos;

- b) Extinção de tributos;
- c) Majoração das alíquotas dos tributos;
- d) Redução das alíquotas dos tributos;
- e) Atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

**61.** Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que indica quantas delas estão corretas.

I - A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

II - Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.

III - Permite-se que seja aplicada ao lançamento lei já revogada à época de sua feitura.

IV - O crédito tributário, embora decorra da obrigação tributária principal, não possui a mesma natureza desta.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Um item está correto.
- c) Dois itens estão corretos.
- d) Três itens estão corretos.
- e) Quatro itens estão corretos.

**62.** Aponte a única alternativa que apresenta uma modalidade de extinção do crédito tributário:

- a) depósito do montante integral;
- b) parcelamento;
- c) consignação em pagamento julgada procedente;
- d) isenção;
- e) anistia.

**63.** A empresa Alfa adquiriu, em 30/06/2017, o estabelecimento comercial de alimentos de Beta e continuou a exploração da respectiva atividade sob outra razão social. Beta, por seu turno, interrompeu suas atividades temporariamente, retomando-as em 17/09/2017, em outro ramo de comércio.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Alfa responde integralmente, na condição de responsável, pelas obrigações tributárias surgida até a data de aquisição do estabelecimento comercial de Beta.
- b) Beta responde subsidiariamente pelas obrigações tributárias surgida até a data de alienação do estabelecimento comercial.
- c) Beta não responde pelas obrigações tributárias surgida até a data de alienação do estabelecimento comercial.
- d) Alfa responde subsidiariamente com Beta, pelas obrigações tributárias surgida a partir da data de aquisição do estabelecimento comercial.

e) Alfa responde subsidiariamente com Beta, pelas obrigações tributárias surgida até a data de aquisição do estabelecimento comercial.

**64.** Considerando o tema garantias e privilégios do crédito tributário, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

( ) Não se permite em hipótese alguma que um departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

( ) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

( ) De acordo com o Código Tributário Nacional, a extinção das obrigações do falido requer apenas a prova de quitação de todos os impostos devidos.

a) F, F, V

b) F, V, F

c) V, V, F

d) V, F, V

e) F, V, V

**65.** O art. 145, da CF/88, estabeleceu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir os seguintes tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria. É indubitável, pois, a natureza tributária da contribuição de melhoria. No tocante a esta espécie tributária, julgue as assertivas a seguir, verificando, em seguida, quantas destas estão corretas:

I) A contribuição de melhoria tem como fato gerador a realização de obra pública, independentemente da valorização imobiliária.

II) A Constituição Federal previu limites totais e individuais para a cobrança de contribuição de melhoria.

III) O limite total para a contribuição de melhoria é a despesa realizada com a obra pública da qual decorreu valorização imobiliária.

IV) A contribuição de melhoria é tributo sinalagmático.

a) Nenhuma assertiva está correta.

b) Apenas uma assertiva está correta.

c) Apenas duas assertivas estão corretas.

d) Apenas três assertivas estão corretas

e) Apenas quatro assertivas estão corretas.

**66.** A natureza jurídica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo

a) relevantes para qualificá-la apenas a denominação e demais características formais adotadas pela lei

b) relevante para qualificá-la apenas a destinação legal do produto da arrecadação

c) irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da arrecadação

d) relevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da arrecadação

e) este o critério relevante inclusive para a determinação da natureza jurídica dos empréstimos compulsórios.

**67.** Relativamente à imunidade contida no art. 150, VI, "e", da CF/88, incluída no texto constitucional pela EC 75/2013, fruto da denominada PEC da Música, aponte a alternativa incorreta:

a) É aplicável apenas aos impostos.

b) Alcança as operações de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

c) Aplica-se apenas a fonogramas e videofonogramas produzidos no Brasil.

d) Alcança os suportes materiais que contenham obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros.

e) Alcança os arquivos digitais que contenham obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros.

**68.** Julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

( ) O lançamento é constitutivo da obrigação tributária e declaratório do crédito tributário.

( ) O lançamento é revisto de ofício pela autoridade administrativa quando determinado em lei.

( ) O lançamento é declaratório da obrigação tributária e constitutivo do crédito tributário.

( ) O lançamento pode ser revisto pela autoridade tributária, desde que haja erro de direito.

a) V, F, F, V

b) F, V, V, F

c) F, V, F, V

d) F, V, V, V

e) F, F, V, V

**69.** Assinale a alternativa incorreta, em relação aos privilégios concedidos pelo Código Tributário Nacional ao crédito tributário.

- a) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, inclusive aos créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho. <sup>[SEPP]</sup>
- b) Na falência, o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- c) Na falência, a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
- d) A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
- e) O CTN previu concurso de preferência entre as pessoas jurídicas de direito público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

**70.** São impostos de competência da União, dos Estados e dos Municípios, respectivamente:

- a) ICMS, Impostos Residuais e ITBI.
- b) ITR, ITCMD e ITBI.
- c) Imposto de Renda, ICMS e IPVA.
- d) ISSQN, ICMS e IPTU.
- e) IOF, ITCMD e IPVA.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**71.** Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a única opção correta.

- a) É certo que a CF/88 assegura a liberdade de religião, contudo, tendo em vista que Deus está de maneira expressa no preâmbulo, não se permite que o ensino religioso seja facultativo, sobretudo, nas instituições públicas de ensino.
- b) A legalidade aplicável aos particulares tem o mesmo sentido e extensão da legalidade aplicável à Administração Pública.
- c) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Esta é uma norma de eficácia contida.
- d) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia, justa e em dinheiro.
- e) Como existe o imposto estadual ITCMD, não podemos falar que a CF/88 garantiu o direito à herança.

**72.** Assinale a opção correta

a) No direito constitucional brasileiro, os limites materiais ao poder de reforma constitucional são os expressos no artigo 60, § 4º, da Constituição, rejeitada pela doutrina majoritária a existência dos chamados limites materiais implícitos.

b) Inicialmente prevista apenas no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a revisão constitucional acabou incorporada ao corpo da Constituição como mecanismo permanente de reforma, mediante edição de emendas de revisão.

c) O rito de aprovação das emendas é o mesmo daquele usado para as reformas, nos termos do art.3º, do ADCT.

d) Não há limite temporal para a reforma constitucional.

e) A emenda constitucional possui a mesma hierarquia de uma lei, por isso, pode ser arguida ADI contra ela.

**73.** Assinale a opção correta.

a) embora o controle repressivo de constitucionalidade seja, em regra, exercido pelo Judiciário, existem exceções, uma delas correspondente ao juízo sobre a constitucionalidade das medidas provisórias que cada uma das Casas do Congresso Nacional realiza antes de deliberar sobre o seu mérito.

b) de acordo com a jurisprudência do STF, têm legitimidade para a impetração de mandado de segurança com o objetivo de impedir desvios institucionais na elaboração dos atos normativos os mesmos legitimados pelo artigo 103 da Constituição para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

c) embora o controle preventivo de constitucionalidade seja exercido, em regra, como fase própria do processo legislativo, existe também previsão constitucional de seu exercício por órgão jurisdicional, em via mandamental ou de ação direta de inconstitucionalidade.

d) de acordo com a jurisprudência do STF, o mandado de segurança pode ser utilizado para impedir a tramitação de projeto de lei ou proposta de emenda constitucional que contenha vício de inconstitucionalidade formal ou material.

e) o conceito de legalidade não corresponde exclusivamente à lei em sentido formal, mas abrange também os preceitos normativos da própria Constituição e aqueles editados com base nela, como as emendas constitucionais, as leis complementares, as leis delegadas, mas não as medidas provisórias.

**74.** Assinale a alternativa que está em conformidade com o disposto na Constituição Federal acerca da Tributação e do Orçamento.

a) A União, mediante lei ordinária federal, poderá instituir empréstimos compulsórios, e a aplicação dos seus respectivos recursos será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.



- b) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos e sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- c) A União, os Estados e o Distrito Federal podem instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.
- d) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a posterior compensação nos meses seguintes, caso não se realize o fato gerador presumido.
- e) Compete aos Municípios instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana e sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso ou gratuito, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

**75.** Perseu cometeu um crime hediondo e Medusa o crime de tráfico de entorpecentes. Considerando o disposto, expressamente, na Constituição Federal no tocante aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que

- a) Perseu não terá direito à fiança e nem à obtenção de graça ou anistia, e Medusa terá direito à fiança, mas não à graça ou à anistia.
- b) Perseu e Medusa terão direito à fiança, mas ambos não terão direito à obtenção de graça ou anistia.
- c) Perseu e Medusa não terão direito à fiança e nem à obtenção de graça ou anistia, mas os crimes de ambos são sujeitos à prescrição.
- d) Perseu não terá direito à fiança, graça ou anistia, mas seu crime é sujeito à prescrição, enquanto que Medusa terá direito à fiança, graça e anistia e o crime cometido por ela sujeita-se à prescrição.
- e) ambos não terão direito à fiança nem à obtenção de graça ou anistia, e os crimes por eles cometidos são considerados imprescritíveis.

**76.** Sobre as CPI's, assinale a opção correta.

- a) Com base no seu poder geral de cautela, as CPIs podem decretar a indisponibilidade de bens do indiciado.
- b) As CPIS têm poderes para quebrar sigilo bancário, fiscal e de dados, inclusive telefônico do indiciado.
- c) As CPIs têm poderes para impor medida judicial determinando a proibição do indiciado deixar o território nacional.

- d) É garantido ao indiciado o direito de contar com a presença de seu advogado durante seu interrogatório na CPI, mas o causídico não pode intervir no curso do depoimento.
- e) A decretação de prisão pelas CPIs somente se admite no caso de crime em estado de flagrância.

**77.** Leia as assertivas a seguir.

- I. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. O transporte não é direito social.
- II. É direito do trabalhador urbano e rural um salário-mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
- III. É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) nenhuma das assertivas.
- e) todas as assertivas.

**78.** Assinale a correta.

- a) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- b) Somente os servidores organizados em carreira deverão ter remuneração fixada exclusivamente por subsídio em parcela única, vedado acréscimo de qualquer natureza.
- c) Para os servidores de cargo efetivo, veda-se o pagamento de décimo terceiro salário em forma de subsídio, instituído na forma da lei.
- d) Os subsídios dos servidores de cargo eletivo não poderão incluir o pagamento de décimo terceiro salário ou vantagem de qualquer natureza.
- e) É vedada a publicidade dos vencimentos dos servidores públicos de cargo efetivo, nomeados mediante concurso público.

**79.** Quanto aos direitos trabalhistas do servidor ocupante de cargo público, indique um direito previsto na Constituição Federal.

- a) Fundo de garantia por tempo de serviço.
- b) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- c) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa.
- d) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.
- e) Aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo, de trinta dias.

**80.** Assinale a alternativa que contempla sanção constitucionalmente prevista para a prática do ato de Improbidade Administrativa.

- a) Pagamento de multa civil.
- b) Apenas a Lei especial de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) prevê sanção correspondente à prática do ato.
- c) Proibição de contratar com o Poder Público.
- d) Ressarcimento ao erário.
- e) Proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

# Preencha o Gabarito!

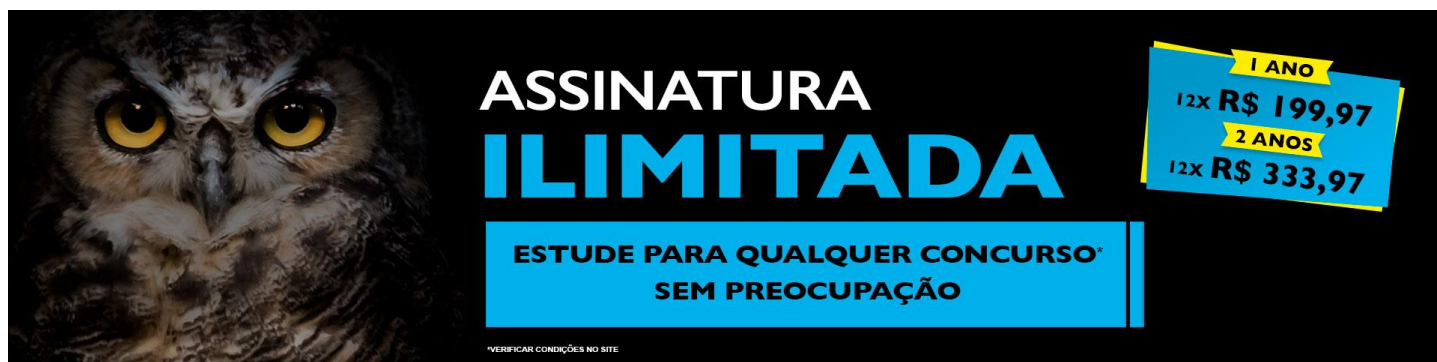
*Atenção aos Cadernos de Provas!*

*São duas provas e duas seções para preencher o gabarito.*

<https://estr.news/Simulado-ISS-GRU>

## ***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos para alunos assinantes. Trilhas, Monitorias, Simulados, e muito mais... Clique no banner!*



**ASSINATURA**  
**ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\***  
**SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/assinaturas/>